

## XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

### GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

#### HISTÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS NO BRASIL: DAS ENTIDADES DE CLASSE À FORMAÇÃO POLÍTICA PROFISSIONAL

#### *HISTORY OF LIBRARIANS' ASSOCIATIONS IN BRAZIL: FROM CLASS ENTITIES TO PROFESSIONAL POLITICAL TRAINING*

**Deborah Matias Gomes** – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)  
**Ketry Gorete Farias dos Passos** – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

#### **Modalidade: Resumo Expandido**

**Resumo:** o artigo investiga a trajetória histórica das associações de bibliotecários no Brasil, compreendendo-as como entidades de classe fundamentais para a consolidação da identidade profissional e formação política dos bibliotecários. O objetivo do estudo é analisar os contextos sociais e políticos que motivaram a criação de associações, sua evolução ao longo das décadas e sua importância na defesa e valorização da profissão. A pesquisa adota abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e análise documental, permitindo um resgate histórico desde a fundação das primeiras associações até sua atuação contemporânea. A discussão contempla desde o surgimento dessas entidades na década de 1940, passando pelo impacto do regime civil-militar e pelo processo de redemocratização do país, até o fortalecimento de pautas relacionadas à ética, à democracia e à cidadania profissional. Os resultados indicam que essas associações foram fundamentais não apenas na articulação de ações técnico-científicas, mas também como espaços de resistência e mediação política, contribuindo para o desenvolvimento crítico dos profissionais. As considerações finais reforçam que a atuação das associações de bibliotecários vai além da representação corporativa, assumindo seu papel estratégico na promoção da biblioteconomia como campo de saber, bem como na atuação socialmente comprometida dos bibliotecários brasileiros.

**Palavras-chave:** biblioteconomia; associações profissionais; política profissional.

**Abstract:** this article investigates the historical trajectory of library associations in Brazil, understanding them as fundamental professional entities for the consolidation of the professional identity and political formation of librarians. The objective of the study is to analyze the social and political contexts that motivated the creation of these associations, their evolution over the decades, and their importance in the defense and valorization of the profession. The research adopts a qualitative approach, through bibliographic review and document analysis, allowing a historical review from the foundation of the first associations to their contemporary activities. The discussion covers the emergence of these entities in the 1940s, through the impact of the civil-military regime and the process of democratization of the country, up to the strengthening of agendas related to ethics, democracy, and professional citizenship. The results indicate that these associations were fundamental not only in the articulation of technical-scientific actions, but also as spaces of resistance and political mediation, contributing to the critical development of professionals. The final considerations reinforce that the role of library associations goes beyond corporate representation,

assuming a strategic role in promoting librarianship as a field of knowledge, as well as in the socially committed role of Brazilian librarians.

**Keywords:** librarianship; professional associations; professional policy.

## **1 INTRODUÇÃO**

As associações de classe no Brasil desempenham, historicamente, o papel de articulação e defesa dos interesses de diferentes categorias profissionais. No campo da biblioteconomia, essas organizações surgiram como resposta às demandas por reconhecimento, regulamentação e valorização do trabalho do bibliotecário. A criação de entidades reflete tanto os anseios da categoria quanto às transformações sociais, políticas e educacionais ocorridas no país ao longo do século XX.

Santa Anna (2018, p. 255) destaca que as associações de bibliotecários atuam desde seu surgimento como um movimento político a favor dos direitos dos cidadãos e, especificamente, a defesa da prática profissional por meio da formação de grupos envolvidos com os interesses das classes profissionais. Nesse mesmo sentido, Santa Anna e Costa (2021) observam que “as associações profissionais de bibliotecários, além de promoverem a integração da categoria, contribuem para o fortalecimento da consciência política e da identidade social do bibliotecário, reafirmando a profissão como espaço de mediação cultural e de defesa da democracia”.

Considerando as afirmações, este trabalho tem como objetivo analisar a origem, formação e o desenvolvimento das associações de bibliotecários no Brasil, contextualizando-as dentro do panorama nacional das entidades de classe e compreendendo os fatores sociais, políticos e profissionais que motivaram sua criação e atuação.

Caracterizando-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritivo-exploratória e fundamentação bibliográfica e documental. O método adotado foi a análise histórico-social, que permitiu interpretar os fenômenos sociais a partir de seu contexto histórico. Foram utilizados como procedimentos a revisão da literatura científica em biblioteconomia e ciência da informação, além da análise de documentos institucionais de associações profissionais brasileiras, com ênfase em produções da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), bem como das associações estaduais.

O estudo enfoca especialmente o período da ditadura civil-militar (1964–1985), mas também contempla fases anteriores e posteriores, a fim de oferecer uma visão abrangente da

trajetória dessas entidades. Ao refletir sobre esse percurso, busca-se evidenciar o papel dessas associações na consolidação da identidade profissional e na formação política dos bibliotecários brasileiros.

## **2 AS ENTIDADES DE CLASSE NO BRASIL: PANORAMA GERAL**

Quando falamos de movimento associativo<sup>1</sup>, nos remetemos à luta de uma classe ou grupo em prol de um objetivo em comum, visando principalmente sua valorização e organização. Essas organizações caracterizam-se por serem privadas, sem fins lucrativos, formais e autônomas, e incorporam funções públicas voltadas à coletividade. Guinchat e Menou (1994) relatam que as associações profissionais são grupos voluntários de pessoas que exercem uma profissão ou uma especialidade dentro da profissão. Fischer (2002) destaca que, embora o lucro não seja a finalidade, os resultados devem permitir seu desenvolvimento para que possam cumprir suas funções sociais. Alencar e Olinto (2023), corroboram com esta visão, onde destacam que a formação bibliotecária deve promover a conscientização das carências sociais dos ambientes em que atuam, preparando o profissional para contribuir para a superação das desigualdades que caracterizam o país.

No Brasil, as entidades associativas remontam ao período colonial, com confrarias e irmandades. No século XIX, com a industrialização e urbanização do país, destacaram-se as associações voluntárias laicas. Imigrantes europeus trouxeram formas organizacionais como sociedades de auxílio mútuo e sindicatos que tinham como base a solidariedade, a prestação de assistência social e a formação de consciência política, buscando inserção em um sistema político elitista. Na década de 1970, o movimento associativo cresceu como forma de resistência ao regime militar e para atender demandas sociais que o Estado não supria, como saúde, educação, segurança e valorização do trabalhador. Essa ascensão refletiu as transformações sociais, como a valorização do voluntariado, a descentralização e as mudanças na relação Estado-sociedade (Oliveira, 1999).

O associativismo cresceu fortemente com a redemocratização<sup>2</sup> nos anos 1980, período marcado pela criação de partidos e da reorganização de movimentos sociais como a Central

---

<sup>1</sup> Utiliza-se aqui a denominação “movimento associativo” para identificar o associativismo existente, seja ele civil, partidário ou sindical.

<sup>2</sup> A redemocratização no Brasil foi o processo gradual de restauração da democracia após o fim da ditadura civil-militar, que durou de 1964 a 1985. Este processo, também denominado abertura política, culminou com a posse de José Sarney como presidente, em 1985, e a promulgação da Constituição de 1988.

Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, mais tarde, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Nos anos 1990, a descentralização das prefeituras contribuiu para o fortalecimento da participação popular em políticas públicas. Segundo Carlos e Silva (2006), esse contexto institucionalizou a democracia participativa em níveis locais. Ganança (2006) aponta como fatores impulsionadores desse processo a abertura política, incentivos estatais e o reconhecimento legal das entidades civis.

A regulamentação do movimento associativo brasileiro foi consolidada por meio de importantes legislações como a Constituição Federal de 1988, os Códigos Civis de 1916 e 2002, a Lei do Terceiro Setor (Lei nº 9.790/1999), o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), entre outras. Estas legislações asseguram direitos, organização interna e transparência das associações. Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconhece a liberdade de associação como direito fundamental.

Nesse sentido, o associativismo é compreendido como mecanismo de realização da cidadania ativa, sendo espaço para congregar esforços, ampliar a voz política e social e propor transformações na realidade coletiva (Fonseca, 2008). Embora apresentem desafios como a sustentabilidade financeira e gestão, essas organizações têm flexibilidade e potencial adaptativo. Whitley (1974) afirma que a força das associações é reflexo da institucionalização social de uma área profissional. Essa institucionalização possui duas dimensões: cognitiva (conhecimento, métodos, técnicas) e social (organização formal e política), que se retroalimentam. As associações não plenamente institucionalizadas enfrentam dificuldades na definição de fronteiras organizacionais e estabilidade funcional. Entretanto, mesmo assim, são espaços essenciais de promoção da profissão, formação contínua e construção da identidade profissional (Guinchat; Menou, 1994).

As entidades de classe no Brasil surgiram como forma de representação dos interesses coletivos das categorias profissionais, articulando reivindicações por melhores condições de trabalho, regulamentação de atividades e valorização social. A intensificação da organização dessas entidades ocorreu na década de 1930, especialmente após a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que estruturou legalmente as relações trabalhistas e fortaleceu o sindicalismo. No entanto, as associações profissionais, desvinculadas do aparato sindical e de filiações obrigatórias, começaram a ganhar

---

protagonismo a partir da década de 1950, impulsionadas pelo crescimento da educação superior, pela tecnificação das profissões e pela profissionalização de novos campos do saber, como a biblioteconomia, o serviço social, a psicologia e a administração.

Ao longo das décadas seguintes, essas entidades passaram a desempenhar múltiplas funções: promover eventos científicos e culturais; organizar cursos de capacitação; editar boletins, revistas e periódicos especializados; estabelecer redes de cooperação com universidades, conselhos e fóruns interinstitucionais; além de atuar na defesa de pautas relacionadas à formação, à ética e à regulamentação profissional. Também assumiram papéis na formulação de políticas públicas e em mobilizações sociais, ampliando sua incidência para além da esfera corporativa.

No campo da biblioteconomia, a atuação dessas entidades foi fundamental para o reconhecimento legal da profissão, culminando na aprovação da Lei n. 4.084/1962. Desde então, associações FEBAB, e entidades estaduais como a Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), têm promovido ações voltadas à defesa da profissão, ao fortalecimento da identidade dos bibliotecários e à articulação com os desafios informacionais contemporâneos. Essas associações também refletem as especificidades regionais da organização profissional, contribuindo para a pluralidade de experiências no cenário nacional.

A evolução dessas entidades demonstra sua capacidade de adaptação frente às mudanças políticas, sociais e tecnológicas, revelando-se como instâncias de mediação, formação e resistência profissional. Nesse sentido, compreender a trajetória das associações de bibliotecários no Brasil demanda inseri-las no panorama mais amplo das entidades de classe, que historicamente têm sido instrumentos de construção coletiva, disputas políticas e valorização do trabalho especializado.

### **3 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e documental. O objetivo principal foi analisar a formação e a atuação das associações de bibliotecários no Brasil no contexto histórico das entidades de classe, com ênfase nos elementos sociais, políticos e profissionais que influenciaram esse processo.

O levantamento documental foi realizado com base no acervo institucional da FEBAB e das associações estaduais filiadas, consultando sites oficiais, registros públicos, relatórios de gestão, estatutos, boletins informativos, atas de reuniões e publicações institucionais.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Para complementar a análise, foram utilizados também dados oriundos de levantamento realizado junto ao site da FEBAB em março de 2023 e atualizado em 2024, que permitiram mapear a presença regional das associações ainda ativas e identificar as entidades que foram extintas ou inativadas. As informações foram organizadas em planilhas com base em critérios de localização geográfica, vinculação institucional, estrutura organizacional e principais atividades desenvolvidas.

Foram ainda sistematizados os dados sobre a composição administrativa das entidades e sua filiação à FEBAB, bem como analisadas as estruturas de governança, categorias de associados e ações de formação contínua. O tratamento dos dados seguiu abordagem de análise de conteúdo, com categorias definidas a partir das recorrências temáticas observadas nos documentos analisados. A interpretação dos achados foi embasada em referências teóricas sobre associativismo, ciência da informação, políticas profissionais e institucionalização das profissões.

#### **4 FORMAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS NO BRASIL**

Os resultados obtidos revelam um cenário de transformação contínua no movimento associativo dos bibliotecários brasileiros. A análise documental permitiu identificar um total de 18 associações estaduais filiadas à FEBAB no ano de 2023.

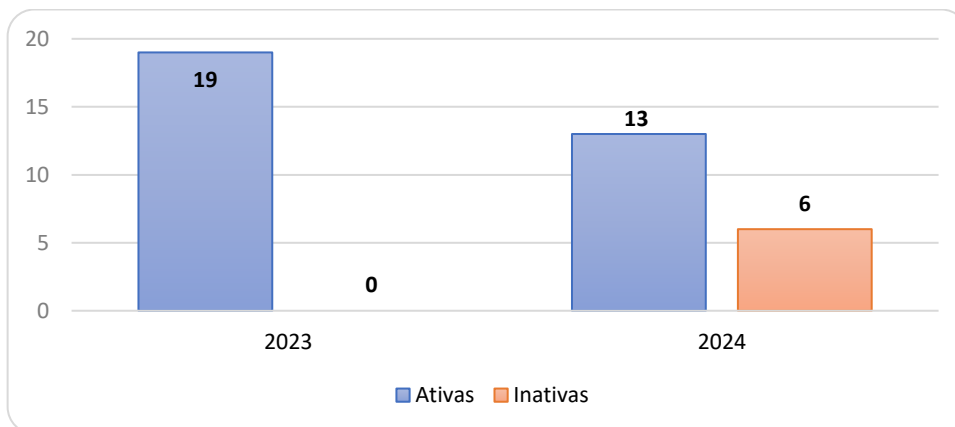
**Tabela 1** - Distribuição das Associações por regiões

<b>REGIÃO</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>NORTE</b>	1	0
<b>NORDESTE</b>	8	4
<b>CENTRO-OESTE</b>	3	3
<b>SUDESTE</b>	3	2
<b>SUL</b>	3	3

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

No entanto, em nova verificação em 2024, constatou-se que apenas doze associações permaneciam ativas, enquanto seis foram desativadas, encerraram suas atividades ou se tornaram inativas.

Gráfico 1 - Associações filiadas a FEBAB em 2023/2024



Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Essa redução evidencia um enfraquecimento institucional em determinadas regiões, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, o que pode estar relacionado à escassez de recursos financeiros, à falta de renovação das lideranças e à ausência de políticas públicas locais que favoreçam a valorização da biblioteconomia.

A primeira associação de bibliotecários no Brasil foi criada em 1946, com a fundação da Associação Brasileira de Bibliotecários (ABB), sediada no Rio de Janeiro. Sua criação coincidiu com um momento de expansão dos cursos de biblioteconomia no país e da necessidade de regulamentação da profissão, que viria a ocorrer oficialmente com a promulgação da Lei n. 4.084/1962. A partir da ABB, foram surgindo associações regionais e estaduais, como a Associação Paulista de Bibliotecários (1947) e a Associação Catarinense de Bibliotecários (1975).

Durante o período da ditadura civil-militar, muitas dessas associações precisaram adaptar seu discurso e atuação, priorizando ações técnico-científicas e de atualização profissional, em detrimento de pautas políticas mais explícitas. Ainda assim, mantiveram viva a articulação entre os profissionais e contribuíram para o fortalecimento da biblioteconomia como campo de saber e atuação social. Com o processo de redemocratização do país, a partir de 1985, as associações passaram a retomar com mais vigor as discussões sobre ética, política, democracia e direitos profissionais. A FEBAB, fundada em 1959, consolidou-se como órgão representativo nacional, agregando entidades estaduais e promovendo eventos como o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

**Quadro 1 – Linha do tempo das associações de bibliotecários brasileiras**

<b>ANO</b>	<b>ASSOCIAÇÃO</b>
-	<sup>3</sup> Associação Profissional de Bibliotecários do Rio Grande do Norte (APBRN)
-	<sup>4</sup> Associação Profissional de Bibliotecários do Rio de Janeiro (APB-RJ)
-	<sup>5</sup> Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Guanabara
<b>1946</b>	Associação Brasileira de Bibliotecários (ABB)
<b>1947</b>	Associação Paulista de Bibliotecários (APB)
<b>1948</b>	Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco (APBPE)
<b>1951</b>	Associação de Bibliotecários e Documentalistas do Estado da Bahia (ABDEB)
<b>1952</b>	Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB)
<b>1952</b>	Associação de Bibliotecários do Estado do Paraná (ABPR)
<b>1959</b>	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).
<b>1962</b>	Associação Bahiana dos Bacharéis em Biblioteconomia
<b>1962</b>	Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF)
<b>1963</b>	Associação dos Bibliotecários do Ceará (ABCE)
<b>1966</b>	Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais (ABMG)
<b>1966</b>	Associação Paraense de Bibliotecários (ASPABI)
<b>1975</b>	Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB)
<b>1975</b>	Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APBPB)
<b>1978</b>	Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul (APBMS)
<b>1980</b>	Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí (ABEPI)
<b>1981</b>	Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia (AAPB)
<b>1982</b>	Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE)
<b>1990</b>	Associação dos Bibliotecários de Goiás (ABG)
<b>1995</b>	Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do RJ (REDARTE/RJ)
<b>2019</b>	Associação dos Bibliotecários do Espírito Santo (ABES)

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2025

Observou-se ainda que as associações mais atuantes são aquelas que mantêm canais permanentes de comunicação com seus associados, realizam eventos de formação continuada e estabelecem parcerias institucionais com universidades, conselhos de classe e órgãos governamentais.

---

<sup>3</sup> Não foi localizado o ano de fundação da entidade.

<sup>4</sup> Não foi localizada a data exata de fundação da entidade, há registros de sua atividade em meados das décadas de 60,70 e 80. Posteriormente, em 15 de agosto de 1989, foi aprovada a transformação da APB-RJ em sindicato, originando o Sindicato dos Bibliotecários do Rio de Janeiro - SINDIB-RJ.

<sup>5</sup> A entidade atuou como representação da categoria no então Estado da Guanabara, unidade federativa criada quando a capital federal no Rio de Janeiro foi transferida para Brasília e o antigo Distrito Federal se transformou no Estado da Guanabara (1960–1975). Dentro deste período não foi identificada a data exata da fundação da associação que durante sua atuação acompanhou esse processo político-administrativo, mas perdeu sua autonomia em 1975, com a fusão da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro. A partir desse momento, a representação profissional passou a ser integrada ao Conselho Regional de Biblioteconomia da 7ª Região (CRB-7), autarquia federal criada pela Lei nº 4.084/1962 e regulamentada em 1966, responsável pela fiscalização do exercício profissional nos estados do Rio de Janeiro (incluindo a antiga Guanabara) e Espírito Santo.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

**Quadro 2** – Indicadores de atuação das associações de bibliotecários brasileiras

INDICADOR DE ATUAÇÃO	Nº DE ASSOCIAÇÕES <sup>6</sup>	OBSERVAÇÕES
Mantém canais permanentes de comunicação (site, redes sociais, e-mail)	10	Presença digital ativa em blogs, boletins e mídias sociais.
Realizam eventos de formação continuada regularmente	9	Congresso, cursos livres, roda de conversa e seminários.
Estabelecem parcerias com universidades e conselhos profissionais	7	Convênios, projetos de extensão e participação em comissões.
Possuem estrutura administrativa formal (diretoria, conselho fiscal, comissões)	13	Estrutura prevista em estatuto, embora com níveis variados de regularidade nas eleições.
Promovem debates sobre ética, direitos trabalhistas e inclusão social.	6	Incluem temas recorrentes nas programações e publicações institucionais
Contribuem para a representação política em fóruns e conselhos	5	Participação formal em colegiados públicos municipal, estadual e nacional.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2025

A análise dos estatutos e atas demonstrou que as entidades contam, em sua maioria, com estrutura administrativa composta por diretoria, conselho fiscal e comissões temáticas, e que há esforço contínuo para manter a representatividade regional e o diálogo com as demandas contemporâneas da profissão.

Além disso, os dados apontam que as associações têm contribuído para a formação política e técnica dos bibliotecários, promovendo congressos, cursos, publicações e debates sobre temas como ética profissional, direitos trabalhistas, acesso à informação, inclusão social e tecnologias da informação. O fortalecimento dessas ações é fundamental para a construção de uma identidade coletiva da categoria e para sua inserção em processos decisórios sobre políticas públicas de informação, cultura e educação.

Esses resultados reforçam a importância das associações como espaços de articulação e mobilização social, demonstrando que sua atuação ultrapassa a função corporativa, alcançando dimensões mais amplas da cidadania informacional e do desenvolvimento democrático.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da história das associações de bibliotecários brasileiras nos permitiu compreender como essas entidades se constituíram como espaços de resistência, articulação política, formação técnica e construção identitária da profissão.

---

<sup>6</sup> Estima-se com base nas doze associações ativas filiadas à FEBAB em 2024.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Criadas inicialmente para promover o reconhecimento e a regulamentação da biblioteconomia enquanto campo profissional, as associações evoluíram conforme os contextos sociais e políticos do país, atravessando períodos autoritários, redemocratização, expansão do ensino superior e transformações tecnológicas.

Desde os primeiros movimentos associativos nas décadas de 40 e 50, até os desafios enfrentados na atualidade, observou-se que essas organizações sempre buscaram se adaptar às demandas exigidas pela categoria e pela sociedade. Durante o período do regime civil-militar, assumiram um perfil mais técnico e de formação, sem abandonar totalmente sua função representativa. No processo de redemocratização e nas décadas subsequentes, passaram a incorporar pautas mais amplas ligadas à ética, cidadania, aos direitos dos trabalhadores, ao acesso à informação e à inclusão social.

Os resultados desta pesquisa indicaram que as associações que permanecem ativas, ativas mantêm canais de diálogo com seus associados, promovem eventos de formação continuada, estabelecem parcerias com instituições de ensino e atuam em parceria com fóruns e conselhos públicos. Embora haja certo enfraquecimento institucional em algumas regiões, como Norte e Nordeste, o movimento associativo permanece sendo um recurso para a consolidação da biblioteconomia como ciência e profissão.

Assim sendo, é possível afirmar que as associações vão além da representação classista, elas ocupam um espaço simbólico e prático de mobilização coletiva, formação crítica e fortalecimento da democracia informacional. Ao assumirem esse papel, elas contribuem para o reconhecimento da profissão e para a atuação dos bibliotecários como agentes sociais engajados na construção da realidade brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

ALENCAR, Glória; OLINTO, Gilda. Biblioteconomia Social na formação do bibliotecário: reflexões e análise de projetos pedagógicos no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 28, p. e43260, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/43260>. Acesso em: 17 ago. 2025.

BIBLIOTECONOMIA social. São Paulo: FEBAB, 2021. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/xxx>. Acesso em: 17 ago. 2025.

CARLOS, Euzinea; SILVA, Marta Zorzal. Associativismo, participação e vida pública. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 9, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1838/1601>. Acesso em: 20 abr. 2025.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis**: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muriaquitã, 2008.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. rev. aum. Brasília: Ibict: CNPq, 1994. 540 p.

OLIVEIRA, Andreia Cristina de Jesus. Movimentos sociais urbanos: um breve histórico.

**Cadernos do Campo**. Marília, n. 6, 1999. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/download/10321/6712/28566>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SANTA ANNA, Jorge; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira da. Associação de bibliotecários: em busca de uma classe profissional mais fortalecida no estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1–25, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1396>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SANTA ANNA, Jorge. Por uma sociedade mais justa e igualitária: o papel do movimento bibliotecário na democratização do conhecimento. In: SILVA, Edcleyton Bruno Fernandes da; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira (org.). **Biblioteconomia social**: possíveis caminhos para construção da cidadania. Belo Horizonte: ABMG, 2018. p. 255-267.

WHITLEY, Richard. Cognitive and social institutionalization of scientific specialties and research areas. In: WHITLEY, Richard (ed.). **Social process of scientific development**. Londres: Routledge, 1974. p. 69-95.